

NÃO HÁ DÓLARES PARA O BRASIL

JORNAL DA TARDE

O País diz que precisa de US\$ 7,3 bilhões, mas o BIS prevê a concessão de "recursos modestos".

Em seu relatório anual divulgado esta semana, o Banco de Compensações Internacionais (BIS, principal órgão supervisor das operações de empréstimos mundiais) faz um balanço das recentes negociações entre países endividados e o sistema bancário internacional. Esse trabalho dá uma indicação das dificuldades que os novos negociadores brasileiros terão de enfrentar, nas reuniões com o comitê de credores em Nova York, a partir do mês que vem.

O Brasil diz precisar de US\$ 7,3 bilhões de novos recursos. O BIS avisa que os países endividados podem beneficiar-se apenas de "modestas entradas de novos recursos provenientes do sistema bancário internacional" e desde que os acordos de reescalonamento da dívida sejam concluídos sob a "égide das autoridades" (leia-se FMI e Banco Mundial). Alerta o banco que, ainda assim, na maior parte dos casos, os acordos prevenindo novos créditos, reescalonamento e margens menores, (*spread* e comissões), só se concretizarão depois de negociações longas e difíceis, onde mesmo a ratificação pelas partes foi várias vezes adiada.

Sublinha o BIS que, se é mais difícil a participação dos bancos em novas montagens de empréstimos, mesmo no quadro de "programas racionais de ajustamento", isso se deve em parte a diferenças entre as situações e estratégias dos diversos grupos de bancos.

Pretende o BIS que a maior parte dos bancos largamente comprometidos em proporção a seus fundos próprios, estabelecidos ou com outros interesses nos países devedores, adotem geralmente uma visão de longo prazo e demonstrem mais disposição de fornecer novos recursos. Quanto aos bancos com comprometimento e importância médios, já tendo constituído amplas provisões diante de suas dívidas sobre os países superdevedores, seria mais fácil eles justificarem a seus acionistas a escolha de uma capitalização do pagamento de juros em vez da concessão de novos empréstimos, que precisaria talvez desclassificar desde que eles sejam concedidos. Enfim, os bancos menores, sem ambição de ampliar suas atividades internacionais, podem ser tentados a recusar totalmente uma participação no financiamento, mesmo ao preço de algumas perdas imediatas.

De fato, conforme fontes do sistema financeiro, os pequenos bancos vão certamente complicar mais uma vez a negociação do Brasil. Os médios estimulam a capitalização de pelo menos 50% dos juros (o Brasil quer capitalizar tudo, isto é, juntar a parte dos juros devidos ao principal da dívida), mas os grandes, pelo menos dos EUA, conti-

nuam sendo os mais duros em relação ao Brasil.

Soluções práticas

De qualquer forma, diante da diversidade de interesses em jogo, a recomendação do BIS ao Brasil é que sejam oferecidas perspectivas pragmáticas aos bancos, exemplificando o que aconteceu com Argentina e Filipinas. O acordo argentino estabelece, em caso de retirada de bancos credores do pacote de financiamento, uma conversão da dívida em obrigações, limitadas a um máximo de US\$ 5 milhões por banco. E, pelo acordo filipino, haverá emissão de bônus liberados em moeda estrangeira que poderão ser convertidos na moeda do país para compra de ações. Se os montantes envolvidos são pequenos em relação ao montante da dívida, sublinha o BIS, essas novas técnicas podem contribuir para acelerar as negociações, ao oferecer opções diferentes aos bancos credores.

Concessões ao Brasil

Para resolver o problema de balanço de pagamentos correntes, impor a política de ajustamento estrutural, além das importações que serão necessárias para sustentar o investimento privado, o BIS recomenda aos países devedores recorrerem a financiamento externo não apenas junto aos bancos privados, mas também junto às forças oficiais. Como assinalam fontes do comitê de credores sediados na Europa, os bancos certamente farão "concessões" ao Brasil, mas as instituições multilaterais também terão de entrar com sua parte.

Uma parte desses recursos, no contexto do Plano Baker — explica o BIS —, deverá vir sob a forma de empréstimos a longo prazo diretamente ligados a programas de investimentos internos. Os países devedores terão, em contrapartida, de encorajar a entrada de capital de risco "de forma a limitar qualquer novo aumento de suas dívidas".

Finalmente, o BIS destaca que em 1986, pela primeira vez, os bancos credores privados reduziram seus créditos aos países endividados, essencialmente por meio da transformação de dívida externa em ações ou dívida interna. Mas, de fato, os bancos procuram desgajar-se de forma acelerada do Terceiro Mundo. Entre 1982 e 1985, houve uma redução de comprometimento de cerca de 25%, alguns em até 50%, de seu comprometimento em relação ao fundo próprio. A moratória brasileira este ano parece ter apenas estimulado os bancos a adotarem a decisão de aumentar sua capacidade de absorção dos chamados "créditos duvidosos".

Assis Moreira, de Genebra.